



MUNICÍPIO DE BARRANCOS ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 2/2007

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARRANCOS,
REALIZADA EM VINTE E SEIS DE ABRIL DE
DOIS MIL E SETE

Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, nesta Vila de Barrancos e Salão Nobre dos Paços do Município, sendo vinte e uma horas e trinta minutos, estando presentes os senhores Emílio Carvalho Domingues, presidente da mesa, Francisco António Florido Côco Oliveira, 1.º secretário, João António Carvalho Gonçalves, 2.º secretário, José Carlos Fernandes Durão (PS), Manuel Baleizão Chamorro (CDU), Mário Francisco Álvares Cavaco (PS), André Augusto Bergano Rodrigues (CDU), Rosa Jordão Sesinando Ramos Pinto (PS), António Luís Oliveira Fialho Alcario (CDU), Marcos David Marcelo Fretes (PS), Manuel Torrado Marcelo (PS), Hernâni Reinaldo Marques Alcario (CDU), André Elvira Carvalho (CDU e presidente da Junta de Freguesia de Barrancos) comigo, Francisco José Pelicano Rúbio, assistente administrativo especialista da DAF/SPEGA, servindo de secretário, teve lugar a segunda sessão ordinária de 2007, deste órgão deliberativo, convocada pelo Edital n.º 11/2007, de 18 de Abril.

PRESENCAS DOS MEMBROS DA CÂMARA: Registou-se a presença do senhor presidente, António Pica Tereno, da senhora vice-presidente, Isabel Catarina Caçador Sabino e dos senhores vereadores, António Manuel Durão Gavino (CDU), Francisco José Nunes Gabriel Bossa (PS) e Ana Isabel Batista da Cruz (PS).

FALTAS: Registou-se a ausência dos membros Miguel Pedro Rodrigues Escoval (PS), Nuno do Carmo Gavino Baleizão (PS) e Vânia de Jesus Torrado Reganha (CDU), os quais não justificaram as suas faltas de forma antecipada.

Foi justificada a falta do membro José Carlos Fernandes Durão (PS), na sessão de 22/02/2007, conforme documento apresentado posteriormente à mesa.

ABERTURA DA SESSÃO: O senhor Presidente da Mesa, depois de verificar as presenças dos membros da Assembleia e da Câmara Municipal, declarou aberta a sessão.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 22/02/2007: A acta da sessão de 22/02/2007 (ordinária), foi aprovada por maioria, com a abstenção do membro José Carlos Durão, por não ter estado presente na respectiva sessão.

2 – APRECIACÃO DE EXPEDIENTE DIVERSO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS: O senhor presidente da mesa deu conhecimento à assembleia do expediente recebido, encontrando-se o mesmo em arquivo, nomeadamente:

- a) Do ofício n.º 4 de 31/01/2007, da CPCJ de Barrancos – Assunto: Relatório de Actividades de 2006;
- b) Da circ. 27/2007-JC de 23/02/2007, da ANMP – Assunto: Conferencia “Mobilidade nos Municípios: Organização e Financiamento do Transporte Público”;
- c) Da circ. 25/2007 de 22/02/2007, da ANMP – Assunto: Conferencia temática “Cidades Criativas”;
- d) Da circ. 23/2007-AG de 02/02/2007, da ANMP – Assunto: Quadro de Referência Estratégico Nacional;
- e) Do ofício n.º 19438-2296/FGJS/07, de 14/02/2007, do Grupo Parlamentar do PCP – Assunto: Requerimento apresentada na Assembleia da República sobre “Apoios disponibilizados pelo Governo na sequência da Intempérie de 05/11/2006”;
- f) Do ofício de 28/02/2007, do Grupo Parlamentar do PSD – Assunto: Envio de cópia do Requerimento apresentado na Assembleia da República sobre a “Construção do IP 8 – Sines/Vila Verde de Ficalho”;
- g) Da circ. 173/2006-CO de 28/12/2006, da ANMP – Assunto: Envio de Boletim n.º 153 da ANMP, referente ao mês de Dezembro;
- h) Da carta da Câmara Municipal de Baião – Assunto: Convite para um encontro na Câmara Municipal de Arganil, em 27/02/2007;
- i) Do ofício n.º 19261-2066-1/FGJS/07, de 26/02/2007, do Grupo Parlamentar do PCP – Assunto: Reposta ao Requerimento apresentado ao Governo sobre, os Cuidados de Saúde no Concelho de Odemira;
- j) Do ofício n.º 18052-512-1/FGJS/07, de 28/02/2007, do Grupo Parlamentar do PCP – Assunto: Reposta ao Requerimento apresentado no Ministério das Finanças e da Administração Pública, sobre o Convento do Carmo, em Moura;
- l) Do ofício da Omnitur – Agência de Viagens e Turismo, Lda. – Assunto: Envio de proposta de transporte e alojamento para participar no XVII Congresso da ANMP;
- m) Do ofício n.º 0111, de 23/01/2007, da BAAL 21 – Assunto: Declaração de Princípios do Movimento BAAL 21 – declaração de Adesão;
- n) Da carta de 25/01/2007, do Parlamento Europeu – Assunto: Envio de brochura “Reformar a Administração: Poupar na Burocracia, Investir no Crescimento”;
- o) Da circ. 33/2006-MJS, de 14/03/2007, da ANMP – Assunto: Encerramento dos Serviços de Apoio Permanente dos Centros de Saúde. Reestruturação da Rede de Urgências;
- p) Do ofício n.º 20119-2596/FGJS/07, de 04/04/2007, do Grupo Parlamentar do PCP – Assunto: Requerimento apresentado na Assembleia da República ao Governo, sobre Alvarás de Licença para Publicidade;
- q) Do fax: n.º 182/2007, de 16/04/2007, do Governo Civil de Beja – Assunto: Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para todos – 2007;
- r) Do ofício n.º 20118-2595APMT/07, de 04/04/2007, do Grupo Parlamentar do PCP – Assunto: Requerimento apresentado ao Governo, sobre Provas Globais Facultativas no Ensino Básico;
- s) Da circ. 45/2007-CO, de 30/03/2007, da ANMP – Assunto: Envio do Boletim da ANMP n.º 156 referente ao mês de Março;

- t) Do ofício de 25/01/2007, do Grupo Parlamentar do PCP – Assunto: Informação sobre requerimentos apresentados na Assembleia da Republica;
- u) Da circ. 17/2007-CO, de 30/01/2007, da ANMP – Assunto: Envio de Boletim n.º 154 da ANMP, referente ao mês de Janeiro.

3 – PERÍODO DE INSCRIÇÕES PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: Seguidamente, antes de dar início à apreciação e votação dos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos, nos termos do art.º 19º n.º 2 do regimento da Assembleia, o senhor presidente anunciou a abertura de inscrições para solicitação de esclarecimentos no período de intervenção do público. Não se registou qualquer inscrição por parte do público presente.

ORDEM DE TRABALHOS

1 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA E ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: Ao abrigo da alínea e), n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/ a 2002, de 11 de Janeiro, foi presente e apreciada a informação escrita e assinada pelo senhor presidente, complementada com uma exposição detalhada de todos os assuntos, designadamente:

1 – Dia 3 de Março teve lugar em Olivença uma reunião dos Órgãos Sociais da União Internacional das Cidades e Vilas Taurinas onde foi debatida a programação de eventos e a participação da União nas festas de âmbito tauromáquico realizadas pelos seus membros.

2 – Efectuadas reuniões com os proprietários dos terrenos do Parque Empresarial, visando desbloquear a situação dos mesmos, chegando a acordo com a maioria e esperando ter tudo resolvido proximamente, tendo em conta que vários investidores (incluindo a fábrica Barrancarnes que quer aumentar as instalações) se nos dirigiram a solicitar espaços para se instalarem.

3 – Reuniões com a Mimogal e subempreiteiros no sentido de sair do impasse em que se encontra o processo do Cineteatro. Apelámos a todos fazendo ver que a obra tem que ser concluída, tendo em atenção as directrizes do PORA.

4 – Reunião em Portel com a Senhora Ministra da Educação em 27 de Março, onde foi homologada a Carta Educativa do Município de Barrancos.

5 – Inauguração do Parque de Feiras e Exposições de Barrancos, bem como das Feiras do Presunto e dos Enchidos e das Profissões e Produtos Locais, eventos que contaram com a presença de S. Ex^a. o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Drº. Eduardo Cabrita e que resultaram num enorme êxito com a presença de milhares de visitantes.

A Assembleia tomou conhecimento do Resumo do Diário da Tesouraria n.º 77, de 26/04/2007, tendo o mesmo sido complementado com uma informação verbal do senhor presidente da Câmara Municipal.

Em relação à Inauguração do Parque de Feiras e Exposições, agradeceu a presença dos eleitos na mesma, assim como, referiu que esta foi um êxito, apenas necessitando de rever alguns aspectos de forma a melhorar o certame.

Informou, também, o senhor Presidente da Câmara que o vereador Nelson Berjano pediu a suspensão do mandato, por um período de mais seis meses.

Sobre outros assuntos, informou que em reunião do Conselho Geral da ANMP, realizada recentemente, debateram-se as competências que deveriam ser transferidas para os municípios, prosseguindo estas um processo muito lento, nomeadamente na área da Saúde, Educação e Serviço Social, havendo a convicção que, para 2008, apenas serão transferidas algumas das competências inicialmente previstas.

Mais deu conhecimento à Assembleia, que a Câmara chegou a acordo com a quase totalidade dos proprietários dos terrenos destinados à instalação do novo Parque Empresarial.

O membro Mário Francisco Álvares Cavaco (PS) solicitou os seguintes esclarecimentos:

1- Para quando está prevista a conclusão da obra da Rua Duque de Cadaval, tendo já questionado o executivo na sessão anterior da Assembleia sobre este assunto.

2 - Chegado a acordo com os proprietários, gostaria de saber se existe um valor estipulado para a compra dos terrenos do futuro Parque Empresarial.

3 - Relativamente ao Arqueólogo contratado pela Câmara Municipal, perguntou qual o vencimento que este senhor auferia.

Quanto ao segundo ponto, o senhor Presidente da Câmara informou que os terrenos vão ser adquiridos pela Câmara após a fixação do valor padrão do metro quadrado, o qual consta das correspondentes actas, igual para todos, independentemente da área de terreno que cada um possuir.

Em referência ao terceiro ponto o senhor Presidente informou que a Câmara tem um contrato de Avença com o Arqueólogo Dr. Fernando Ferreira para prestação de serviços, de 01 de Novembro de 2006 a 31 de Maio de 2007, no museu municipal.

Quanto ao primeiro ponto, o senhor vereador António Gavino informou que as obras se atrasaram, não só devido aos factos explicados na anterior sessão, mas também, porque desde Outubro de 2006 que a EDP tem previsto colocar cabos eléctricos e caixas para ligação dos mesmos naquela Rua, e só agora é que se iniciaram as obras. Por este motivo não dera início à colocação da calçada, para não a ter que a remover depois de terminada.

O membro José Carlos Durão, felicitou a Câmara pelo evento realizado no Parque de Feiras e Exposições, assim como por ter chegado a um acordo com os proprietários dos terrenos do futuro Parque Empresarial. Mais, solicitou os seguintes esclarecimentos:

Relativamente ao Cineteatro, o que falta fazer e qual o ponto da situação em que se encontra este processo. Se o processo está dependente do GAT de Moura, qual a possibilidade de a Câmara dar andamento ao mesmo, tendo em atenção que está terminado o Parque de Feiras e Exposições e que este será um pólo de desenvolvimento anexo.

O senhor Presidente da Câmara informou que o GAT de Moura está formalmente extinto, sendo que a Câmara pode contar apenas com o apoio de alguns elementos que pertenciam ao GAT, de forma temporária. Mais, esclareceu o Senhor Presidente, houve uma reunião com todos os intervenientes no processo onde se chegou a um consenso de forma a concluir a obra a curto prazo. No entanto, o que se encontra em falta é, principalmente, a resolução de questões técnicas e de fiscalização da obra, as quais dependem da boa vontade das várias empresas envolvidas já que a adjudicatária da obra (MIMOGAL) atravessa dificuldades financeiras que a impendem de coordenar e executar os trabalhos em falta.

DELIBERAÇÃO N.º 03/AM/2007 – APRECIÇÃO E AVALIAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO “RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2006”: Depois de uma breve apreciação sumária do documento em título por parte do senhor presidente da câmara e da senhora chefe da DAF, o senhor presidente da mesa, informou que o mesmo iria ser posto à votação. Sob proposta da câmara, aprovada pela deliberação n.º 039/CM/2007, de 18 de Abril, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com oito votos a favor dos membros da CDU e cinco abstenções dos membros do PS, aprovar a o documento em título.

Transcrição da apreciação sumária do senhor Presidente: Os documentos que integram a prestação de contas são os definidos no Anexo I da resolução do tribunal de Contas n.º 4/2001, publicada na II Série do Diário da República de 18 de Agosto de 2001. O saldo da gerência anterior foi de € 176.777,37 (cento e setenta e seis mil setecentos e setenta e sete euros e trinta e sete cêntimos), sendo as receitas orçamentais de € 3.721.546,62 (três milhões setecentos e vinte um mil quinhentos e quarenta e seis euros e sessenta e dois cêntimos) e as de operações de tesouraria de € 966.194,31 (novecentos e sessenta e seis mil cento e noventa e quatro euros e trinta e um cêntimos) totalizando os recebimentos, o total de € 4.687.740,93 (quatro milhões seiscentos e oitenta e sete mil setecentos e quarenta euros e noventa e três cêntimos).

As despesas orçamentais na importância de € 3.700.883,57 (três milhões setecentos mil e oitocentos e oitenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos) e as de operações de tesouraria de € 973.760,58 (novecentos e setenta e três mil e setecentos e sessenta euros e cinquenta e oito cêntimos) totalizando o valor de € 4.674.644,15 (quatro milhões seiscentos e setenta e quatro mil e seiscentos e quarenta e quatro euros e quinze cêntimos) e o saldo para a gerência seguinte de € 189.874,15 (cento e oitenta e nove mil e oitocentos e setenta e quatro euros e quinze cêntimos).

O senhor presidente propôs ainda e em conformidade com o Decreto-lei n.º 54 – A / 99, de 22 de Fevereiro e de acordo com o determinado no n.º 2.7.3 do mesmo diploma, ao executivo que o resultado líquido do exercício de € (-)70.998,99 (setenta mil e novecentos e noventa e oito euros e noventa e nove cêntimos) seja transferido para a conta 59 – Resultados transitados (POCAL 2.7.3.2).

Os documentos presentes nesta reunião ficarão arquivados e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.

(Doc. um da pasta anexa)

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA: Em cumprimento do estabelecido no n.º 5, do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 19/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01 e do n.º 5 do artigo 24º do Regimento, o senhor presidente da mesa da assembleia questionou os senhores vereadores presentes, se queriam exercer o direito de defesa de honra ou consideração.

Não se registou qualquer intervenção dos vereadores presentes nesta sessão.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA: A minuta da presente acta foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO: Finalmente, não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente da mesa da assembleia declarou encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Francisco José Pelicano Rúbio, assistente administrativa especialista, da DAF/SPEGA servindo de secretário, subscrevi e assino juntamente com o senhor presidente da assembleia.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O SECRETÁRIO

/Emílio Carvalho Domingues/

/Francisco José Pelicano Rúbio/